

Atuação dos agentes sociais na implantação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR): breves considerações

Jóice Konrad ¹
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol ²

Resumo:

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado em 2009 pelo Governo Federal, e integra o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tem como objetivo reduzir o histórico de *déficit* habitacional no espaço rural, proporcionando assim, o acesso à moradia para os agricultores familiares em condições socioeconômicas consideradas mais vulneráveis. Neste artigo, realizamos breves considerações sobre a atuação dos agentes sociais e suas práticas espaciais, na produção do espaço rural, a partir da implantação da política pública PNHR em Santa Catarina.

Palavras-chave: Habitação Rural, PNHR, Agentes Sociais.

Introdução

O presente artigo constitui-se de um ensaio sobre a produção do espaço rural, tomando como exemplo a atuação dos agentes sociais na implantação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no estado de Santa Catarina. Buscamos estabelecer relações entre os agentes sociais, suas práticas espaciais e, conseqüentemente, o processo de produção do espaço rural, tendo em vista a importância desta política pública para o desenvolvimento territorial rural.

O PNHR integra o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), implantado em março de 2009, tendo como finalidade “reduzir o *déficit* habitacional no país por meio da concessão de incentivos à produção e compra de novas unidades habitacionais” (ROLNIK, 2015, p.129). O programa surgiu em meio às políticas públicas que adotaram o recorte territorial e multisetorial como proposta de desenvolvimento. Estas novas políticas buscaram estimular e incentivar a participação social e a organização coletiva, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população rural, possibilitando assim, sua permanência e reprodução social.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP – Presidente Prudente. Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Xanxerê – e-mail: joicekonrad@yahoo.com.br

² Professora Doutora, Docente dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente-SP- e-mail: rosangel@fct.unesp.br

O programa tem como público beneficiário, os agricultores familiares e trabalhadores rurais³, assim como comunidades quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas, extrativistas atingidos por barragens, assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), refugiados, e outras comunidades vulneráveis⁴, a critério da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Ministério das Cidades (MCidades) (BRASIL, 2017).

Diante disto, analisamos a atuação dos agentes sociais⁵ envolvidos na implantação desta política pública em Santa Catarina, suas ações, sua escala de abrangência e as contradições inerentes ao processo de implantação do programa. Os resultados apresentados são parciais, tendo em vista que a pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento.

Utilizamos como procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, consulta de documentos oficiais, coleta de dados e informações no Ministério das Cidades e na Fundação João Pinheiro, além da realização de entrevistas com os representantes dos agentes sociais que atuam no desenvolvimento do PNHR em Santa Catarina.

Casa, Moradia e Habitação: distinção e complementariedade

É comum empregar os conceitos de casa, moradia e habitação como sinônimos para se referir as edificações que servem como espaço de abrigo humano e de realização de atividades próprias de cada sociedade. Mesmo que a sua função varie conforme o contexto social, a cultura e o ambiente em que estão inseridos, ambos os conceitos dizem respeito à “unidade física onde as pessoas podem ser encontradas” (SCHWEIZER e PIZZA JUNIOR, 1997, p.60) e também onde exercem a cidadania.

Apesar de certa correspondência de significados, estes conceitos são distintos, como explica Schweizer e Pizza Junior:

³ Os beneficiários são classificados de acordo com a sua renda anual, em três grupos: no grupo 1 estão os agricultores familiares e trabalhadores rurais, cuja renda familiar anual bruta não ultrapassa R\$ 17.000,00; no grupo 2 estão aqueles cuja renda familiar anual bruta é superior a R\$ 17.000,00 e inferior ou igual a R\$ 33.000,00; e no Grupo 3 estão aqueles cuja renda familiar anual bruta é superior a R\$ 33.000,00 e inferior ou igual a R\$ 78.000,00 (BRASIL, 2017).

⁴ Inicialmente, a renda bruta anual deveria ser inferior a R\$ 55.800,00. O valor sofreu reajuste e, atualmente, está estipulado em até R\$78.000,00.

⁵ Para Correa (2012, p.43-44) “os agentes sociais da produção estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído [...]. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento”.

A palavra **casa** nos leva a uma ideia de estrutura física, de uma construção material, à visão de paredes e teto. A **moradia**, no entanto, indica a realização de uma função humana, o ato de morar. Finalmente, a palavra **habitação** conduz a uma visão mais dinâmica no uso da casa ou da moradia; indica a ação de habitar (SCHWEIZER e PIZZA JUNIOR, 1997, p.54, grifo das autoras).

Na sociologia, o tema “casa brasileira” ganhou relevância especialmente na obra de Gilberto Freyre (1936; 1979;). O autor analisou de que forma a casa pode influenciar na formação do “homem brasileiro”. Para ele, a representação da casa é capaz de revelar as preferências, os gostos, o modo de vida e, inclusive, os antagonismos, as diferenças e a organização social.

A casa – propriamente dita – são objetos resultantes “da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida [...]” (SANTOS, 1997, p.59). E estes objetos são dotados de intencionalidades, possibilidades e configurações, que para sua realização exigem um *sistema de ações* – objetivo, finalidade - como o ato de morar - as quais geralmente estão subordinadas as normas, sejam técnicas jurídicas ou simbólicas (SANTOS, 1997). Diante disso, daremos ênfase ao conceito de *habitação*, porque compreendemos que a habitação é a síntese da dialética, que engloba tanto o *sistema de objetos* e o *sistema de ações*.

Segundo Heidegger (1951, p.01) “[...] só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações”. Para ele,

Habitar seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir. Habitar e construir encontram-se, assim numa relação de meios e fins. [...] Construir não é, em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. Construir já é em si mesmo habitar (HEIDEGGER,1951, p.01)

O autor supracitado utilizou a linguagem, ao explicar ontologicamente o significado da palavra *bauen* (construir), para “reconduzi-lo ao âmbito a que pertence aquilo que é” (HEIDEGGER,1951, p.01), ou seja, ao habitar. E explica que “Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos *como aqueles que habitam*” (HEIDEGGER,1951, p.03). Reconhecendo, “em sentido pleno, que habitar é o traço fundamental do ser - humano” (HEIDEGGER,1951, p.02).

Assim, concordamos com Santos (2007), quando o mesmo argumenta que a relação entre sistemas de objetos e sistema de ação é indissociável. A forma - casa - existe porque precisamos morar; e como precisamos morar – função -, construímos a casa. Ainda de acordo com as concepções do autor (SANTOS, 2007, p.200) “Vale dizer, a forma é sempre pensada como algo a ser comandado: comandado pelo processo, pela função, pela estrutura, quer separado, quer conjuntamente”. Em outras palavras, o sistema de ações que vai organizar o sistema de objetos, neste caso, os agentes sociais que oferecem as condições para a produção das casas do PNHR.

Desta maneira, a habitação é também, em outras palavras, a *forma-conteúdo* que, de acordo com Santos (1996, p. 83) “une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social”. E, por isso, este conceito possa contribuir para avançar na discussão da relação campo-cidade, à medida que reconhecemos que o problema da habitação é um problema da produção do espaço, porque a habitação é o próprio espaço produzido, indiferente de ser urbano ou rural.

A habitação é considerada uma mercadoria especial por envolver em sua produção, consumo e circulação, uma rede complexa de relações (MARICATO, 1987). É a partir desta relação, desigual e combinada, de sistema de objetos e ações, que temos a produção do espaço rural, intermediada pelo Programa Nacional de Habitação Rural. Embora o processo ocorra de forma distinta nos espaços urbano e rural, o resultado é o mesmo, pois segue a lógica de reprodução do capital.

Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR): demanda e produção

No Brasil, a partir de 2003, a preocupação com o *déficit* habitacional⁶ retorna à pauta da agenda do governo federal, devido às reivindicações populares, do mercado, e do capital imobiliário. Neste contexto, as ações do Estado dão origem, pela Lei 11.977/2009, ao maior programa habitacional da história do país, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que integra tanto o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) quanto o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

⁶ Para a Fundação João Pinheiro, o *déficit* habitacional refere-se à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento à demanda não solvável nas condições dadas de mercado; enquanto que o conceito de inadequação, que aponta para a necessidade de melhoria de unidades habitacionais com determinados tipos de precarização (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

No PNHR, os recursos destinados ao Grupo 1 são provenientes dos repasses do Orçamento Geral da União. Este grupo corresponde às famílias de menor renda, por isso, recebem o maior valor de subsídio. Após a construção da casa, os beneficiários devem pagar apenas 4 % do valor recebido como contrapartida, em quatro pagamentos anuais e de igual valor. O acesso a este recurso só ocorre, por intermédio dos agentes sociais. Enquanto que as operações dos Grupos 2 e 3 são recursos oriundos do FGTS, não dependentes da atuação dos agentes sociais, pois tratam-se de financiamento habitacional.

A criação do programa é um marco histórico para a população rural – a medida que torna-se uma política de Estado. Pela primeira vez, agricultores familiares e trabalhadores rurais, em condições socioeconômicas mais vulneráveis, passam a ter acesso a uma política pública que subsidia a construção, reforma ou ampliação de suas casas.

O principal critério adotado pelo PNHR para a distribuição das unidades habitacionais é o *déficit* habitacional rural das cinco regiões brasileiras (figura 1), observado entre os anos de 2006-2015⁷, período que antecedeu e sucedeu a implantação do PNHR.

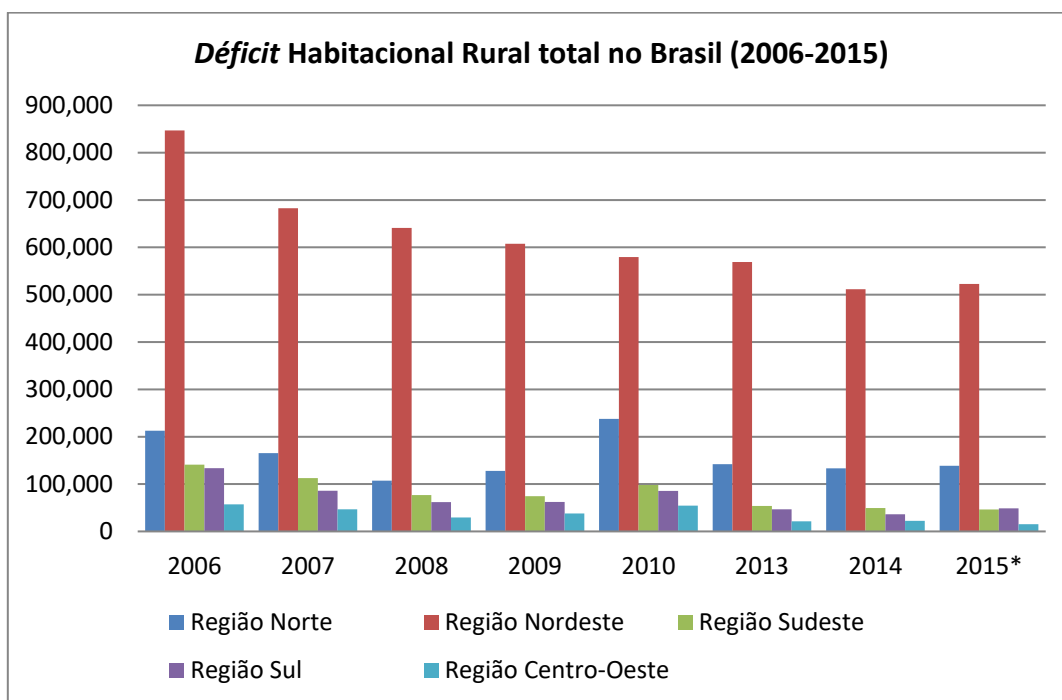


Figura 1. Déficit Habitacional rural total no Brasil (2006-2015)

Fonte: Dados básicos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-IBGE;
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).
 Org. KONRAD, 2017.

⁷ Os dados referente ao ano 2015 são preliminares.

Entre os anos de 2006-2015, notamos que o *déficit* habitacional rural no Brasil caiu praticamente pela metade. No ano de 2009 temos a implantação do PNHR, que representou um verdadeiro divisor de águas na história da habitação rural, porém não ocorreu redução deste, pelo contrário, em 2010, o país apresentou leve aumento no *déficit* habitacional rural, com exceção na região Nordeste que apresentou queda, devido às mudanças metodológicas na coleta dos dados⁸.

O maior *déficit* no país continua localizado na região Nordeste, mas identificamos uma redução significativa, de mais 350 mil unidades habitacionais entre 2006 e 2015. O Norte manteve a segunda posição no *ranking* ao longo destes anos, tendo seu maior *déficit* em 2010. Ademais, apresentou crescimento em 2015, quando comparado ao ano anterior, 2014.

Na sequência, temos o Sudeste que acumulou a segunda maior redução quando comparada as demais, quase 95 mil unidades. Na quarta posição temos a região Sul, que em 2015 chegou a 48.585 unidades habitacionais, 33% maior que 2014, quando era de 36.382. Por último, temos o Centro-Oeste que desde 2006, tem apresentado o menor *déficit* habitacional rural do país. Por exemplo, em 2015 tinha acumulado *déficit* de 15.390 unidades habitacionais.

Detalhamos o *déficit* habitacional rural em Santa Catarina na figura 2. Ao compararmos com a figura 1, veremos que este acompanha a tendência da região Sul entre os anos de 2006 a 2015, período em que houve redução de mais de 45%, o equivalente a mais 16 mil unidade habitacionais.

⁸ No Censo Demográfico de 2010, houve duas mudanças. A primeira delas refere-se à identificação das famílias conviventes dentro do domicílio, uma vez que o IBGE deixou de identificar essas famílias no momento da entrevista. A segunda mudança foi a aplicação de um fator redutor dessas famílias conviventes, buscando captar apenas aquelas com intenção de constituir um domicílio exclusivo. A determinação do fator redutor seguiu a tendência observada nas PNADs mais próximas ao Censo Demográfico de 2010 e utilizou a média dos valores observados em 2009 e 2011, da variável que mede a intenção de constituir domicílio exclusivo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010, p.78).

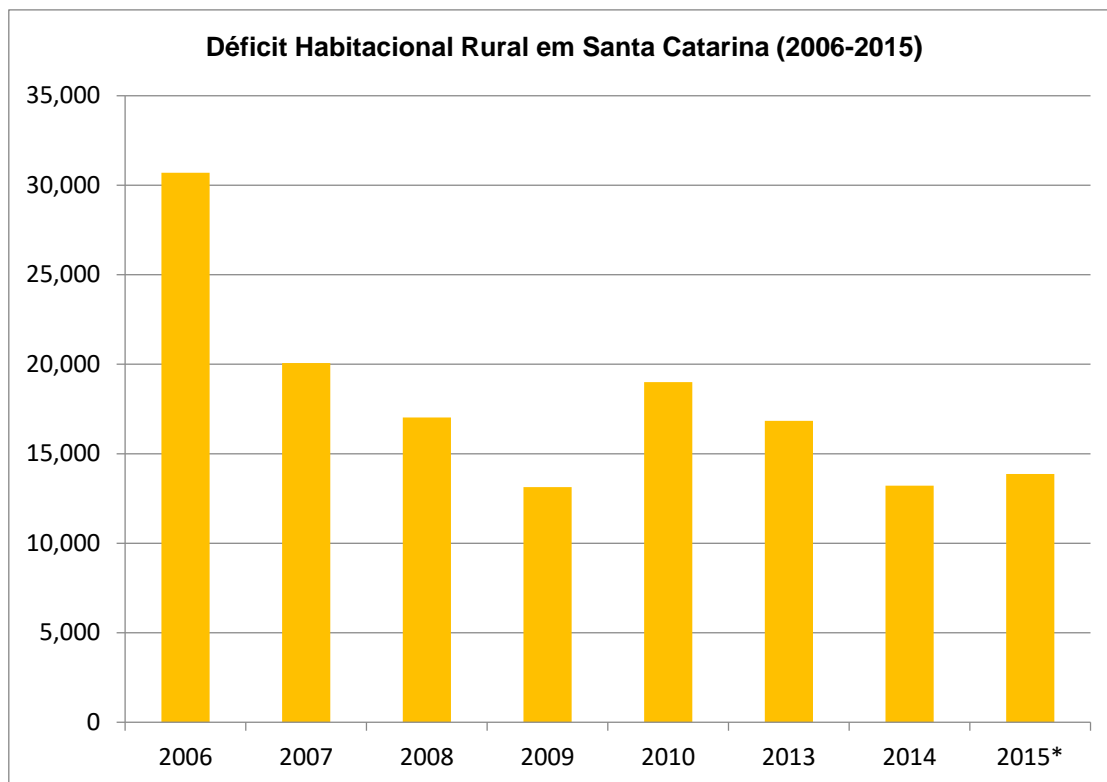


Figura 2. Déficit Habitacional Rural em Santa Catarina (2006-2015)
 Fonte: Dados básicos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-IBGE; Elaboração:
 Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).
 Org. KONRAD, 2017.

Entre os anos de 2009 a março de 2017 foram contratados no Grupo 1 do PNHR, em todo o Brasil, cerca de 194.978 unidades habitacionais, de acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. As Unidades da Federação que mais contrataram foram o Rio Grande do Sul (RS), Maranhão (MA), Paraná (PR), Minas Gerais (MG) e Santa Catarina (SC).

Na figura 3, demonstramos a relação entre as unidades que foram contratadas e o valor contratado por região. No Nordeste, maior deficitária de unidades habitacionais rurais, o programa tem sua maior contratação do país, acumulando entre 2009 e 2017, quase 80 mil unidades contratadas. Mesmo assim, continua sendo a região com maior *déficit* habitacional rural do país.

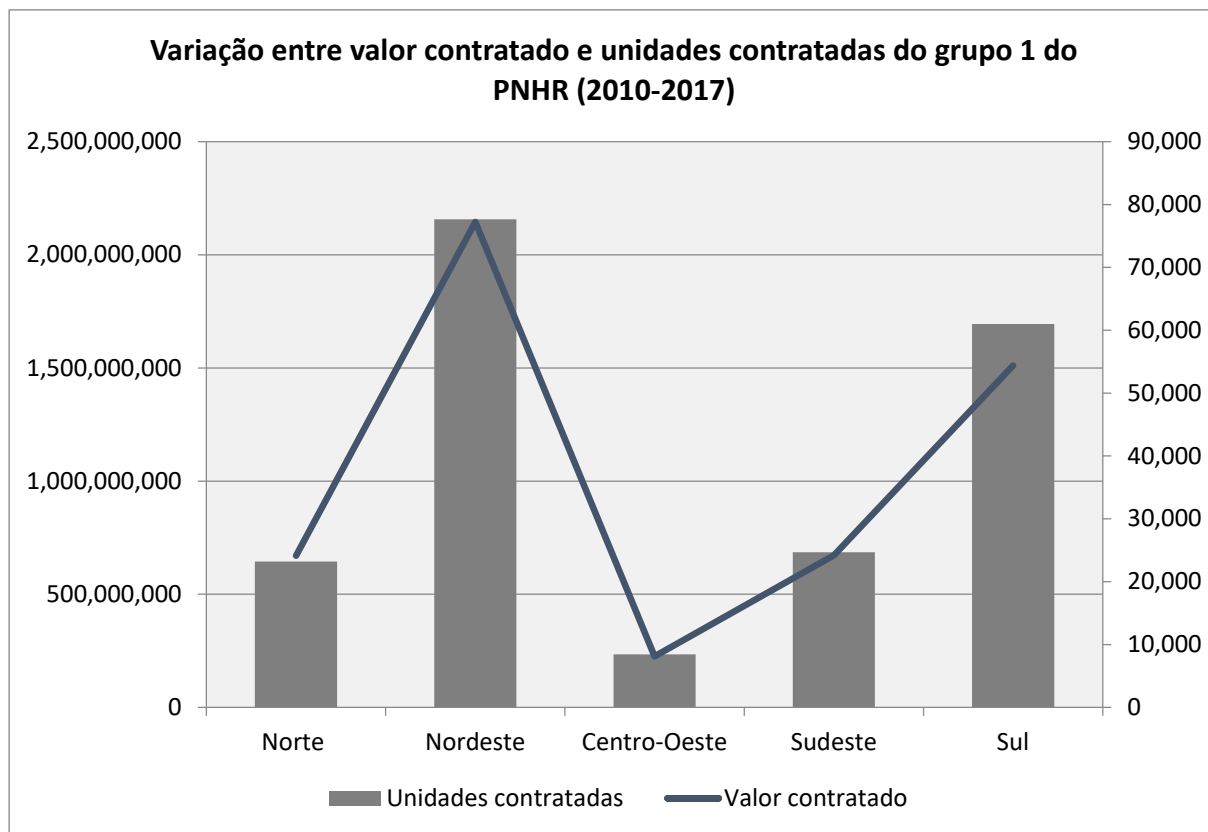


Figura 3. Variação entre valor contratado e unidades contratadas do grupo 1 do PNHR (2009-2017)

Fonte: MCidades, 2017. Org. KONRAD, 2017

Como vimos anteriormente, a região Sul e Sudeste não são consideradas como prioridade do PNHR, por não possuírem um *déficit* tão significativo. Entretanto, ocupa o segundo e terceiro lugares, respectivamente, das unidades habitacionais contratadas. Já na região Norte, onde o *déficit* é considerado elevado, observamos uma baixa adesão ao programa, com menos de 25 mil unidades habitacionais contratadas. O Centro-Oeste, por sua vez, apresenta a menor adesão do país, chegando a menos de 10 mil unidades.

No mesmo gráfico podemos observar que a variação entre valores contratados e as unidades contratadas apresenta forte correlação nas regiões Nordeste e Sudeste. No Norte, o valor contratado é um pouco maior que a quantidade de unidades contratadas. Esta diferença é inerente ao próprio PNHR, que possui um valor diferenciado em detrimento das outras regiões, devido às dificuldades de logística e o elevado custo dos materiais de construção.

Enquanto isso, os valores contratados no Centro-Oeste são um pouco menores, possibilitando construir maior quantidade de unidades com valores reduzidos. Esta situação se

repete na região Sul, onde a quantidade de unidades contratadas é maior do que os valores contratados.

Outro fato a ser destacado é que o PNHR tem permitido e impulsionado a demanda por outras atividades e serviços, contribuindo assim no desenvolvimento da economia local. Junto ao “sonho” da casa nova, ampliada ou reformada, encontramos embutidos novos desejos e novas necessidades, reforçando a ideologia da propriedade privada entre os beneficiários.

Atuação dos Agentes Sociais no estado de Santa Catarina e a produção do espaço rural

Se a produção do espaço é vista como “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2012, p.43), podemos considerar que as políticas públicas são importantes instrumentos de produção do espaço.

A produção do espaço, a partir do PNHR envolve diferentes agentes sociais. Assim, conhecer e analisar as suas práticas relacionadas ao processo de implantação do PNHR na produção do espaço rural é essencial. Entendemos por *agente social* às entidades habilitadas ou organizadoras que são proponentes de propostas do PNHR junto aos agentes financeiros (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e que também são responsáveis pela organização dos grupos de beneficiários, logo, é o liame entre beneficiários e o agente financeiro.

Não temos a pretensão de analisar a prática espacial de cada um dos agentes sociais, mas buscamos compreender como a atuação destes tem se manifestado na implantação do PNHR no território catarinense. Assim, identificamos quais são os agentes sociais, onde se localizam e qual a sua escala de atuação/abrangência, a fim de compreendermos, ainda que em linhas gerais, quais são as suas ações e intenções no estado em questão. Como a pesquisa ainda está em desenvolvimento, os resultados apresentados a seguir são parciais.

Os agentes sociais podem ser de natureza pública, como os órgãos e instituições integrantes da administração pública, direta ou indireta, das diferentes esferas; ou representativa de grupos, como fundações, sindicatos, associações, cooperativas; ou entidades privadas sem fins lucrativos (BRASIL, 2017).

A contradição e geração de conflitos são inerentes à atuação dos agentes sociais, vistos que estes são dotados de distintos interesses (políticos, econômicos, etc.), de estratégias e de práticas espaciais próprias. Por esta razão, podemos pensar que se territorializam no espaço, a medida que "para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade" (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Havia em todo o Brasil, até o final de abril de 2016, aproximadamente 884 agentes sociais habilitados junto ao MCidades como proponentes, que atuavam tanto no espaço urbano como rural. Em todo o território catarinense encontramos distribuídos oito (08) agentes sociais habilitados, conforme o figura 4.

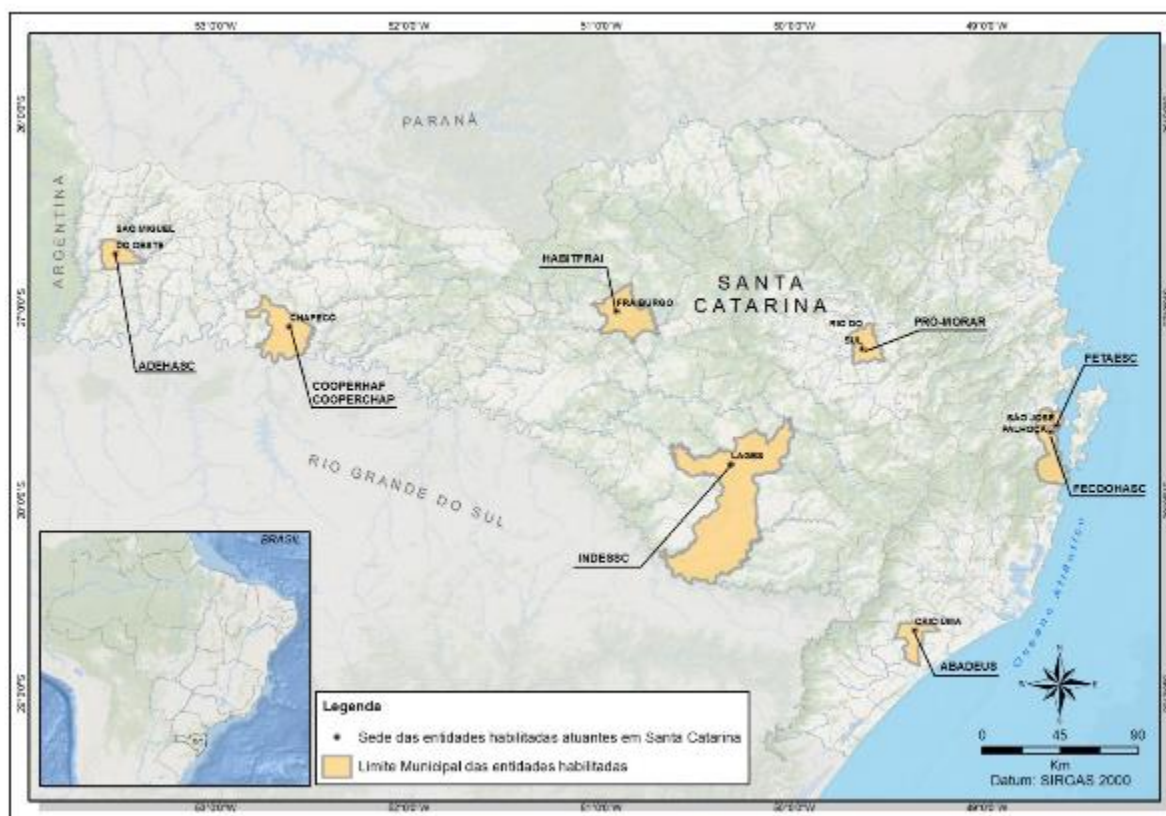


Figura 4. Mapa de localização das sedes dos agentes sociais atuantes em Santa Catarina.

Fonte: MCidades, 2016. Org. Autoras, 2016. Elaboração: Renata Duzzioni

A partir de 2017, ocorreram algumas alterações nas diretrizes do programa, entre elas, a exigência de que os agentes sociais devem se cadastrar junto ao MCidades, de acordo com a

sua área de atuação, seja urbano ou rural. Entretanto, tal mudança não trouxe restrições para que os agentes atuassem em ambos, ou seja, o rural e o urbano..

Havia no país, até setembro de 2017, 1.046 agentes sociais cadastrados somente para atuar no espaço rural, sendo oito (08) em Santa Catarina. Destes oito, quatro estão cadastrados também para atenderem a demanda urbana. Identificamos, ainda, novos agentes sociais cadastrados como a Associação Habitacional de Rancho Queimado, a Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina, o Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Agrônômica. E outros deixaram de atuar como a Associação de Habitação e Consumo de Fraiburgo – (HABITFRAI), e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC)(MCidades, 2017).

Cabe lembrar que a definição da área de abrangência dos agentes sociais, deve estar prevista em seu estatuto ou contrato social. Estes podem atuar em outras Unidades da Federação, desde que possuam habilitação para isto (KONRAD e HESPANHOL, 2016). Tal condição possibilita a sobreposição das áreas de atuação dos agentes sociais, dependendo do *déficit* municipal – principal critério adotado pelo PNHR para a definição das áreas beneficiárias - causando uma disputa territorial entre estes.

Estes agentes são os responsáveis pela divulgação do programa nos municípios, assim como, pela orientação e organização dos beneficiários, por meio do projeto técnico social e o acompanhamento da execução das obras. Todas as ações são resultantes da prática espacial dos mesmos, que permitem a formação de territorialidades.

Ainda que de forma secundária, o PNHR tem se apresentado como verdadeiro paradoxo. De um lado tem contribuído para o fortalecimento econômico e político, inclusive de representação, dos agentes sociais; promovendo e incentivando a participação, o associativismo e, em muitos casos, também servindo de plataforma política para alguns representantes de agentes sociais (INFORMANTE QUALIFICADO, 2017). Por outro lado, fragmenta o território ao incentivar a competição territorial entre os agentes sociais e, de forma inerente e contraditória, fragiliza o movimento de representação, porque ao realizar o sonho da casa nova, os beneficiários acabam se afastando de outras atividades que os agentes sociais promovem (INFORMANTE QUALIFICADO, 2016).

Algumas considerações:

Se compararmos o PNHR com o Minha Casa Minha Vida, identificamos muitas diferenças, sobretudo, na sua organização, no acesso, no funcionamento, no prazo de pagamento e aos valores financiados. São estas diferenças combinadas com outros fatores, próprios de cada agente social, que contribuem para as atuações e territorializações distintas no que tange à implantação desta política pública.

Portanto, a produção do espaço rural obedece à mesma lógica geral que a produção do espaço urbano ou intraurbano, uma vez que ambos constituem parte da totalidade e estão inseridos no modo de produção capitalista. Por isso, também apresentam especificidades próprias de sua organização, relação e produção.

Em síntese, observamos que o programa estimulou uma “competição” entre os agentes sociais, e que num primeiro momento, fortaleceu estes agentes enquanto instituição e a formação de territorializações específicas. Todavia, este fortalecimento está diretamente atrelado a questões políticas e de repasse de recursos. Há casos em que os líderes de agentes sociais aproveitam o trabalho realizado frente ao PNHR para se inserirem e se promoverem na política local.

Notamos, ainda, que estes agentes sociais têm papel importante na organização e na dinamização do território onde atuam, seja através da atualização e legalização de documentos, como na promoção de atividades, estimulando a participação dos beneficiários e criando novos espaços de troca e capacitação, mesmo que sejam ações já previstas pelo PNHR.

O PNHR representa uma importante conquista dos movimentos sociais, ao compreender o acesso à moradia como direito de cidadania. Além de possibilitar espaços que promovem e incentivam a participação e o associativismo. Enfim, as ações que visam ao desenvolvimento do território, apresentam a contradição inerente ao seu processo de desenvolvimento. Por não serem relações orgânicas ao território, infere-se que haja uma preocupação dos agentes sociais quanto à redução de associados após o beneficiário ser contemplado com a casa nova. Dessa forma, há o enfraquecimento e desarticulação da organização coletiva.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº268, de 22 de março de 2017. Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, para os fins que especifica. Diário Oficial da União, Brasília, Nº 58, sexta-feira, 24 de março de 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2006 / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. - Brasília, 2008. 98p. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2007- Brasília, 2009 129p. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2008 / Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, Ministério das Cidades, 2011. 140 p. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e a produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2012. p.41-51.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Schmidt, 1936.

FREYRE, Gilberto. **Oh de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem.** Recife: Artenova: Fundação Joaquim Nabuco, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2009.** Centro de Estatística e Informações. - Belo Horizonte, 2012. BELO HORIZONTE, 2012. 200p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010.** / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014** / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016. 92 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares** / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte: FJP, 2017.

HEIDEGGER, **Martin. Construir, habitar, pensar.** 1954. Disponível em: www.prouarb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf. Bauen, Wohnen, Denken. 1951 conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em Vortage und Aufsätze, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback

KONRAD, J.; HESPANHOL, R. A. M. . Políticas públicas para o Espaço Rural: o caso do Programa Nacional de Habitação Rural. In: **IX Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa: Dinâmicas e transformações no espaço rural brasileiro? 10 anos do NEAG**, 2017, Porto Alegre - RS. *Anais do....* Porto Alegre - RS, 2017. p. 426-436.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.96p.

RAFFESTIN, C. 2009. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: M.A. SAQUET; E.S. SPOSITO (orgs.), Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão Popular, p. 17-35

ROLNIK, Raquel. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole/Observatório das Metrôpoles**, São Paulo, p. 127 - 154, 18 maio 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0127.pdf>> Acesso em 12 dez. 2016

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: ed. Hucitec, 1996. 236p.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007.208p.

SCHWEIZER, Peter José; PIZZA JUNIOR, Wilson. Casa, moradia, habitação. *Revista de Administração*. Rio de Janeiro, v.31, n.5, p.54-69. set./out. 1997. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7839/6490>> Acesso em: 12 dez. 2016